



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

Relatório de acompanhamento do II Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos Municipais de Educação

O referido evento ocorreu nos dias 22 e 23 de junho de 2020, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, via videoconferência no Youtube, como sendo uma iniciativa da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação).

No primeiro dia, na parte da manhã, o senhor Humberto Gonzaga, Presidente da UNCME Nacional, destacou a importância do monitoramento dos PMEs e da implantação dos Sistemas Municipais de Ensino. Betânia Fidalgo, do Conselho Estadual do Pará, pontuou o desafio de mantermos a aprendizagem na educação infantil com coerência e de forma dirigente. Gilvânia Nascimento, diretora de legislação e Normas da UNCME Nacional ressaltou a importância do encontro enfatizando que a culminância do mesmo era o lançamento do Guia para Conselheiros Municipais de Educação, elaborado pela parceria UNCME/UNICEF. Júlia Ribeiro da UNICEF Brasil deu voz às iniciativas da UNICEF, como a busca ativa para enfrentamento à cultura da exclusão escolar e ao canal da UNICEF no Youtube que traz conteúdos para alfabetização gratuita e suporte às famílias, em alinhamento com a BNCC.

Na parte da tarde, a deputada Dorinha Seabra se fez presente e relatou o andamento da PEC 15-2015, que trata sobre o FUNDEB. Eduardo Cezar, presidente da UNCME-Seccional SP, João Marcelo, do Todos pela Educação, e o senhor Laércio, da UNDIME-NE, também elaboraram suas falas. O Movimento Todos pela Educação se manifestou em prol à aprovação da continuidade do FUNDEB, que expira em 31 de dezembro de 2020. João Marcelo frisou que se o mesmo não for aprovado, escolas fecharão e pessoas serão demitidas aos montes, no Brasil, e que haveria um afluxo imenso das redes particulares para a rede pública. Houve também uma discussão sobre o aspecto da meritocracia na educação brasileira.

No segundo dia, na parte da manhã, Fábio de Barros Correia Gomes Filho, da Secretaria de Alfabetização do MEC destacou como o MEC tem envidado esforços para que crianças e jovens continuem tendo estímulo intelectual no ensino remoto. Citou a Política Nacional de Alfabetização e enfatizou que o diálogo era a marca da gestão do MEC. A conselheira Galdina enfatizou que o MEC deveria dialogar mais com a UNCME. Fábio de Barros também destacou o incentivo à literacia familiar, que corresponde à alfabetização aos cuidados dos pais.

Na parte da tarde, o conselheiro do CNE Eduardo Deschamps destacou que a educação precisa ser mantida em sua essência. E que os municípios precisam articular as normas complementares dos sistemas em consonância com o CNE. O professor Hudso ressaltou os limites das competências dos CMEs. Destacou que a mobilização talvez seja a mais importante competência desses colegiados. Frisou que a construção de currículos para o próximo ano é um ponto imprescindível a ser discutido no âmbito dos CMEs, bem como o retorno, o calendário de reposição e o currículo no pós-pandemia. Ressaltou também que o CME deve agir no âmbito da fé pública, dada a credibilidade dos seus documentos emanados. Também aproximou a ação do CME ao agente público, permeado pelo conceito de impessoalidade, a favor do eu coletivo. Diferenciou pareceres de resoluções e indicações. A conselheira Fabi Bitelo, finalmente, encorajou os municípios que ainda não são sistemas a solicitarem, junto ao Tribunal de Contas, uma rubrica orçamentária, com vistas à manutenção do funcionamento do colegiado. Humberto Gonzaga fechou o encontro, mencionando o sucesso do evento, que contou com participação de conselheiros de todo o Brasil.